



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR
REGIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU
E COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PRIMEIRO
GRAU.

I -- DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO: 22 de março de 2018, 10 horas, na Sala de Reuniões da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

II -- MODO DE CONVOCAÇÃO: Os ilustres juízes ELAYNE DA SILVA RAMOS CANTUÁRIA, ESCLEPIADES DE OLIVEIRA NETO e LIÉGE CRISTINA DE VASCONCELOS RAMOS GOMES foram convocados via malote digital e via e-mail pela Assessoria de Planejamento e Organização do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. Os demais membros foram convocados via email pela Assessoria de Planejamento e Organização do TJAP, mediante convocação assinada pelo Presidente do Comitê.

III - PAUTA: 1) Aprovação da Ata da reunião anterior; 2) Exposição do orçamento de pessoal para 2018; 3) Análise da aplicabilidade dos recursos do FAJJ; 4) Informação sobre a abertura do ciclo orçamentário 2019; 5) O que ocorrer.

IV – QUÓRUM DE INSTALAÇÃO: Juiz Auxiliar da Presidência, JOÃO TEIXEIRA DE MATOS JUNIOR – Presidente do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau e Comitê Orçamentário do Primeiro Grau; Juíza de Direito LIÉGE CRISTINA DE VASCONCELOS RAMOS GOMES; o Juiz ESCLEPIADES DE OLIVEIRA NETO e Juíza ELAYNE DA SILVA RAMOS CANTUÁRIA, representante da AMAAP, justificaram suas ausências; Servidora ANNE CHRYSTIANE DA SILVA MARQUES, Representante do



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

SINJAP; MÁRCIO PANTOJA PACHECO, ausente por motivo de viagem; e o servidor JEFF ESTEVAM DA COSTA COSTA, justificou a impossibilidade de participar da reunião. Registrada presença a do Servidor GLÁUCIO BEZERRA MACIEL – Diretor Geral do TJAP; Servidor ROSYWAN CANTUÁRIA DA SILVA FERREIRA – Assessor de Planejamento e Organização; a Desembargadora SUELI PEREIRA PINI, Coordenadora da Coordenadoria Estadual para Infância e Juventude-CEIJ e IZAELSON VICTOS DOS SANTOS; e os servidores WELLISON LUIS SANTOS DA SILVA, MARIA DA CONCEIÇÃO BRANCO DOS SANTOS OLIVEIRA; PAULO JORGE BLANC DOS SANTOS – da Corregedoria; foram convidados para participar da discussão em virtude de deliberação da reunião do Comitê, ocorrida no dia 10 de outubro de 2017, no referente à Aplicabilidade dos Recursos do FAJJ. O servidor RAIMUNDO ÁTILA ANDRADE GUERRA participou da reunião assessorando a Representante do SINJAP.

V – DELIBERAÇÕES: 1) **Aprovação da Ata da última reunião realizada no dia 10.10.2017** – Colocada para aprovação, a Ata foi aprovada pelos presentes. 2) **Exposição do orçamento de pessoal para 2018** – Com a palavra, o Juiz JOÃO TEIXEIRA DE MATOS JUNIOR, Presidente do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau e Comitê Orçamentário do Primeiro Grau abriu a reunião onde destacou a execução do orçamento, de acordo com o que espelha as ações institucional ao longo dos anos, com poucas variações. Em seguida, passou a palavra ao Diretor Geral do Tribunal, GLÁUCIO BEZERRA, que iniciou a explanação sobre o orçamento destinado à Folha de Pagamento, totalizando o montante de R\$ 279.175.772,00 (duzentos e setenta e nove milhões, cento e setenta e cinco mil, setecentos e setenta e dois reais). Com os reajustes, cujo valor estimativa R\$ 3.720.825,00 (três milhões setecentos e vinte mil, oitocentos e vinte e cinco reais), a despesa total com a Folha chegará R\$ 282.896.597,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e noventa e seis mil, quinhentos e noventa e sete reais). O Diretor Geral esclareceu que, em

Gláucio Bezerra

[Assinatura]

2
[Assinatura]



virtude do orçamento da folha de pagamento se encontrar em fase inicial de execução, as projeções reais para implementação de outras pretensões, especialmente no que tange a contingenciamentos, somente serão possíveis no fechamento do primeiro semestre com o pagamento de parte do décimo terceiro e férias. Foi esclarecido, ainda que, o impacto da folha de pagamento no orçamento do TJAP corresponde a 90%. Desse percentual, 90% está para pagamento do 1º Grau de Jurisdição. Restando, portanto, pouca margem para cobertura de outras despesas. Quando questionado sobre o que corresponde Receita Vinculada, foi esclarecido tratar-se de receita com vinculação específica, exemplo: do valor das custas judiciais arrecada, parte tem destinação para FAJJ. A parte que não tem vinculação pode ser empregada em custeio e/ou investimentos. Depois o Assessor de Planejamento, Rosywan Cantuária, explanou a consistência da folha pagamento e respectivas tendências de crescimento, a partir da previsão de reajuste no Auxílio Alimentação; Data-base; Anuênio; Promoção e Reajuste com Auxílio Locomoção. Foi explicado que todos os valores foram criteriosamente analisados. Na ocasião o Diretor, GLÁUCIO BEZERRA, explicou que, apesar de todos os estudos para se chegar aos valores, a realidade nem sempre é de acordo com os estudos, e os passos precisam ser analisados com muito cuidado. Falou-se ainda sobre a abertura do ciclo orçamentário 2019, no respeitante ao Plano Plurianual e sua abrangência de quatro anos, as informações para a consolidação da LDO, e a Proposta Orçamentária/2019, discutida e analisada pelos Comitês e aprovada pelo Pleno, dentro dos respectivos prazos para encaminhamento ao GEA e publicação no DOE. **3) Análise da aplicabilidade dos recursos do FAJJ** –

No prosseguimento da reunião, a Desembargadora SUELI PINI, Coordenadora Estadual para Infância e Juventude, falou que montou uma comissão para estudar a aplicabilidade do FAJJ, em virtude do que chamou de imperfeições em seu regulamento e de algumas práticas que estão a impedir a utilização dos recursos do FAJJ, além de valor expressivo sob os cuidados da VEPMA, em relação às penas pecuniárias, que precisam de melhor destinados, sobretudo no melhoramento do

Sueli Pini

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

IAPEN, assistência à vítimas de crimes, e outras situações atinentes. A Desembargadora salientou a dificuldade do TJAP gerir recursos para programas e projetos, mas ressaltou o apoio que se está dando a entidades que realizam ações de cunho social, tais como: Comunidades Terapêuticas; Entidades Religiosas; Projetos sociais realizados pela Polícia Militar, etc. Apesar disso, o recurso acumulado ainda é expressivo. A Desembargadora destacou a necessidade do Comitê repensar o programa direcionado aos estagiários no intuito de aumentar o números de vagas, tanto os de nível superior quanto de nível médio, vez que se trata de um programa de prestação de relevante serviço à sociedade. Em cima dessa realidade, a Desembargadora SUELI PINI mencionou a aprovação do Pleno em direcionar metade de Recursos do FAJJ para o programa Menor Aprendiz, e pediu 20 dias para apresentar ao Comitê uma proposta de uso racional, eficiente e de resultado do FAJJ onde, metade desses recursos vai para atender o programa Menor Aprendiz, prestigiando, com isso, os magistrados da Infância e Juventude de todo o Estado para indicar esse público – cerca de 100 menores aprendizes entre 14 e 16 anos. Dentre outras temas, também uma proposta de mudança da administração do FAJJ, uma vez que, segundo a Desembargadora, a Corregedora, a Corregedoria é órgão para corrigir e orientar, e não para administrar projetos. Pois se tratar de uma atribuição da Presidência, em razão de ter órgão vinculado a ela, como exemplo a CEIJ, que está para tratar especificamente da Infância e Juventude. Na oportunidade, a Juíza LIÉGE GOMES propôs a presença dos juízes da seara infanto-juvenil, na próxima reunião, com previsão de realização no dia 20/04 ou 27/04, desde que o trabalho seja encaminhado antes pela Coordenadoria de Infância e Juventude, para entrar em pauta e encaminhamento de cópia aos membros. 4) – **Informação sobre a abertura do ciclo**

orçamentário 2018. O presidente do Comitê, Dr. João de Matos, passou a palavra ao senhor Rosywan Cantuária, Assessor de Planejamento e Organização, para fazer a exposição sobre o assunto. Coma palavra, o senhor Rosywan Cantuária informou aos presentes que o Plano Plurianual – PPA 2016/2019 (Lei nº 1981, de 15 de janeiro X:\AAGESTÃO ADMINISTRATIVA\COMITÊ GESTOR DA REDE DE GOVERNANÇA_1 e 2 GRAUS\ATAS DO COMITE 1_GRAU_2015 e 2017\ATA 22.03.2018_Comitê.GESTOR.Priorização.1º Grau Orçamentário 1º Grau.docx

Liège Gomes

[Handwritten mark]



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

de 2016), tendo como regra para a sua elaboração e aprovação no primeiro ano de mandato do Governo, devendo ser submetido até 31 de agosto daquele à apreciação da Assembléia Legislativa. Neste sentido, ressaltou o senhor Rosywan Cantuária, o ano de PPA será 2019, ou seja, primeiro ano do mandato do Governo. Em ato contínuo, passou a falar sobre a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária, mais conhecida como LDO, que até 2017 estipulou o percentual de participação de cada Poder e a partir de 2018, fixou valor absoluto. Com relação aos prazos para a LDO informou que, até o dia 30 de abril, o Poder Executivo deverá encaminhar Projeto de Lei ao Poder Legislativo; até 30 de junho, o Poder Legislativa deverá apreciar o respectivo Projeto de Lei; e, informou ainda, que o a Receita Corrente Líquida e as respectivas memórias de cálculos deverá ser encaminhada pelo Governo do Estado para os demais Poderes e Ministério Público até o dia 31 de julho. Em conseqüência, destacou o senhor Rosywan Cantuária, os poderes deverão apresentar seus respectivos orçamentos, ou melhor, as suas respectivas proposta orçamentárias até o dia 31 de agosto. No âmbito interno as unidades já estão alimentando os sistema com as suas demandas que serão consolidadas e trazidas ao Comitê para apreciação, visando a priorização. As reuniões dos Comitês Orçamentários deverão ocorrer de junho, visando a captação de demandas. A Assessoria de Planejamento e Organização consolidará as dados até o dia 31 de julho, formatando a proposta orçamentária para apreciação dos Comitês e em seguida, encaminhamento ao Pleno Administrativo. Por fim, informou que a proposta orçamentária do TJAP/2019 deverá ser encaminhada ao Poder Executivo até o dia 31 de agosto de 2018. Realizada a exposição foi solicitados que a apresentação fosse encaminhada aos presentes, sendo respondidas algumas dúvidas à respeito. 5) – O que ocorrer. Não houve manifestação por parte dos presentes.

heitor fernandes



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

VI – ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Esta ata depois de lida e aprovada foi assinada por todos os presentes.
Macapá-AP, 22 de março de 2018.

Juiz Auxiliar da Presidência João Teixeira de Matos Junior
Presidente do Comitê Gestor Regional e Comitê Orçamentário de Priorização do
Primeiro Grau

Juíza de Direito Liége Cristina de Vasconcelos Ramos Gomes
Membro Titular

Chrystiane da Silva Marques,
Membro Titular/SINJAP

Desembargadora SUELI PEREIRA PINI

Coordenadora da Coordenadoria Estadual para Infância e Juventude - CEIJ

Gláucio Bezerra Maciel
Diretor Geral do TJAP

Rosywan Camarão da Silva Ferreira

Assessor de Planejamento e Organização



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

Wellison Luis Santos da Silva
Diretor da Secretaria da Corregedoria